

Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz

[Ambivalences of the defeat: lessons and limits of Roberto Schwarz's critique of populism]

Pedro Luiz Lima¹

Esta versão final deve muito aos comentários e críticas minuciosas dos pareceristas e à leitura atenta de Tomás Rosati e Jorge Chaloub. As eventuais lacunas e fragilidades do texto são de exclusiva responsabilidade do autor.

RESUMO • O presente artigo busca elaborar uma interpretação dos ensaios e passagens da obra de Roberto Schwarz em que o populismo e o golpe de 1964 são tratados. A partir da ênfase no tema da derrota política, argumenta-se que Schwarz desenvolve dois modos distintos, ainda que por vezes entrelaçados, de tratamento da questão: um afim à linguagem e aos pressupostos da crítica marxista do populismo, e outro que ultrapassaria tais pressupostos, tendo como eixo-chave a noção de democratização. Da análise de ambos os modos e de suas dissonâncias, ressalta-se uma compreensão ambivalente da derrota, em que a ambivalência é índice de uma maior aproximação com as contradições objetivas da vida política nacional. • **PALAVRAS-CHAVE** • Roberto Schwarz; crítica; populismo; derrota; golpe de 1964. • **ABSTRACT** • The article proposes

an interpretation of the essays and passages of Roberto Schwarz's work which deal with the subjects of populism and the 1964' coup d'état in Brazil. Through an emphasis on the meaning of political defeat, we argue that Schwarz develops two distinct and intertwined ways of treating the matter: one familiar with the Marxist critique of populism, and the other going beyond those assumptions and founding itself on an openness characterized by the notion of democratization. Analyzing those two ways and its dissonances, we reach an ambivalent understanding of political defeat – ambivalence that operates analytically as an index of a closer reading of the Brazilian political life's objective contradictions. • **KEYWORDS** • Roberto Schwarz; critique; populism; defeat; 1964' coup d'état.

Recebido em 14 de abril de 2019

Aprovado em 28 de outubro de 2019

LIMA, Pedro Luiz. Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 215-232, dez. 2019.



DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i74p215-232>

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

In history, indeed, the negative and the positive seem fatally to assume the form of success and failure, triumph and defeat, as though these categories, above and beyond the superficial, allegedly Hegelian illusions of teleology, offered the only ways in which biological human individuals could imagine the destiny of their collectivities. The dialectical union of these opposites is then a social rebuke as well as a political lesson. It reminds us, not only that 'success' was never really in the cards for mortal beings in the first place, but also that history progresses, not by way of victory but by way of defeat: and that if our eyes are trained to see it, we can find this dialectic at work everywhere in the record of our collective existence. (Fredric Jameson, 2010, p. 41).

Se o povo, como antípoda do privilégio, não é portador virtual de uma nova ordem, esta desaparece do horizonte, o qual se encurta notavelmente. (Roberto Schwarz, 2012d, p. 79).

“O leitor verá que o tempo passou e não passou” (SCHWARZ, 1978, p. 61). “De lá para cá, muita coisa mudou, mas nem tudo” (SCHWARZ, 2014). Roberto Schwarz possui célebre trajetória na dissecação da coexistência contraditória entre continuidade e descontinuidade na periferia do capitalismo. Essa tensão objetiva aparece na sua obra em diversos planos, seja em referência ao ritmo descompassado das ideias, seja com relação à persistência da escravidão em formas modernas de sociabilidade, seja ainda no que concerne às reviravoltas no sentido político de projetos de modernização, ora potencialmente emancipatórios, ora efetivamente autoritários. As frases citadas de início, enunciadas respectivamente em 1978 e 2014, expressam esse ambíguo modo de experimentar o tempo. Tendo como referência o contexto que circunda o golpe de 1964, ambas as frases põem ênfase numa *continuidade perversa* que amarraria o

presente ao passado, em leitura que salienta a persistência de um conteúdo opressivo subjacente à variedade aparente de formas históricas.

Não à toa, o último livro de ensaios de Schwarz, *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas* (2012), foi amplamente interpretado nessa chave, e à sua aparente desconexão da conjuntura política imediata, depois de oito anos de governo Lula, muitos opuseram a versão de que se tratava de abordar o presente através de um *passado renitente*. Sob a aparência de inatualidade, a obra se inscreveria num plano mais profundo do presente, aquele em que se articularia a longa continuidade iniciada em 1964. Assim, a partir de sugestão de Paulo Arantes, resenhistas afirmaram que os ensaios e entrevistas do livro permitiriam “pensar a ditadura como o momento em que se iniciou a contemporaneidade” (GONÇALVES; OTSUKA; RABELLO, 2013, p. 332). Segundo outro leitor, em diapasão idêntico, “os ensaios de Roberto Schwarz reencontra[ria]m [...] o futuro estático que seu autor já vislumbrava após 1964” (OHATA, 2012).

Para além da perspicácia do *insight* creditado a Arantes e do eventual acerto das resenhas mencionadas, escritas a quente logo após a publicação de *Martinha versus Lucrecia*, há ainda outra leitura possível, que, contando com a vantagem de algum distanciamento histórico, pode talvez apreender uma faceta menos enaltecida das (re) investidas de Schwarz sobre o contexto de 1964. Em suma, trata-se de voltar os olhos para o *elemento da descontinuidade*. Afinal, o tempo não passa, mas passa; e algo, ou muita coisa, termina por mudar. Em 2019, voltar aos ensaios de Schwarz que revivem 1964 implica identificar ali não apenas o tão conhecido marco inaugural da “gênese de nosso presente” (GONÇALVES; OTSUKA; RABELLO, 2013, p. 333), mas também os efeitos de uma *luta política perdida*. Em outros termos: 1964 não mais como mero ponto de partida da vitória de vencedores que jamais teriam cessado de vencer desde então (início do tal “futuro estático” que nos acometeria há mais de 60 anos); antes, 1964 como derrota de vias alternativas, como tentativa de apagamento de outros caminhos possíveis. Restituir, pois, *o nervo político da derrota* – o que exige um olhar mais detido, e menos unilateral, para o lado derrotado. Não tanto uma descontinuidade, que, no fim das contas, apenas marcaria outra vírgula na longa marcha da modernização autoritária – descontinuidade que, assim assinalada, persistiria em subordinação macro-histórica à continuidade. Antes, buscar compreender a efetividade (e as virtualidades concretas) daquilo que se descontinua.

Parece-nos que a ênfase na derrota de 1964 serve tanto ou mais aos propósitos dialéticos de compreensão da história do país do que a reiteração de uma *longue durée* amplamente negativa e quase sempre idêntica a si mesma. Como afirma uma autoridade em assuntos dialéticos, “*totality is not something one ends with, but something one begins with*” (JAMESON, 2010, p. 15). E, do ponto de vista da história política contemporânea, marcada pela escalada de derrotas do campo popular desde o golpe parlamentar de 2016 (SANTOS, 2017; SINGER, 2018), entender a derrota na chave da descontinuidade parece mais condizente com (e mais proveitoso para) a experiência presente daqueles que se posicionam politicamente contra os retrocessos do nosso tempo.

No que segue, pois, trata-se de acompanhar os ensaios e passagens ao longo da obra de Schwarz em que foi tematizada a derrota de 1964 para, a partir de seus próprios termos, *restituir as ambivalências* inscritas na prática (e, eventualmente,

na teoria) dos derrotados. Como o crítico, em grande medida, filia-se desde o primeiro momento ao que alhures chamamos de “paradigma do populismo” (LIMA; MEDEIROS, 2018), interessará notar como sua leitura da política populista num passo reproduz o tratamento eminentemente negativo típico das obras canônicas do paradigma (WEFFORT, 1978; IANNI, 1968), enquanto noutro passo transcende essa unilateralidade revelando maior capacidade de apreensão da valência positiva da experiência política suprimida com o golpe. A fim de destacar os passos em que Schwarz logra ultrapassar aqueles limites paradigmáticos, apesar (ou por causa) de sua manifesta filiação à escola uspiana de crítica do populismo, trataremos primeiro dos passos em que os limites da ênfase negativa marcam presença na prosa do crítico, atentando para o aparente endosso de certos pressupostos do paradigma; na sequência, veremos como se expressa em sua obra, *ao mesmo tempo*, uma perspectiva mais propriamente ambivalente com relação às potencialidades da democratização intrínsecas ao fenômeno dito populista.

Cabem, a esta altura, duas breves notas metodológicas. A combinação da unilateralidade antipopulista com o tratamento dialético da derrota histórica atravessa os ensaios de Roberto Schwarz sobre o tema desde 1970. Precisamente porque não identificamos consideráveis inflexões nos diversos momentos de sua obra em que o tema é tratado, optamos por uma leitura combinada das passagens, malgrado terem sido escritas ao longo de mais de 40 anos. Quando se fizer necessário, anotaremos eventuais especificidades do contexto desta ou daquela passagem mencionada – mas nossa ênfase incidirá mais detidamente sobre a reprodução/superação de *pressupostos* legados pelo paradigma do populismo. Enquanto análise de pressupostos, o presente texto opta por prescindir de um minucioso enquadramento histórico dos contextos originais de cada um dos ensaios abordados. Ademais, tampouco se trata, no que segue, de um exercício de mera anteposição da já extensa linhagem de crítica da “teoria do populismo” (GOMES, 2001; FERREIRA, 2001; GUIMARÃES, 2001; BARBOSA FILHO, s. d.). Ainda que tal bibliografia fundamente a perspectiva aqui esposada, o trabalho de reconstrução interna dos argumentos de Schwarz requer acompanhamento cerrado de sua prosa para o qual a contraposição contínua com perspectivas alheias seria despropositada e extrapolaria os limites deste artigo. Mesmo porque, no fim das contas, o propósito aqui será o de destacar os elementos que permitem identificar na própria crítica do populismo de Schwarz alguns dos antídotos contra automatismos e unilateralidades do paradigma que ele mesmo, contraditoriamente, reproduz e ultrapassa.

PRIMADO DO INVIÁVEL: OS RIGORES DA CRÍTICA DIANTE DO COLAPSO

Uma das perspectivas, talvez a dominante, que atravessa a abordagem de Schwarz sobre o populismo no pré-64 é eminentemente negativa e tematiza aquele contexto histórico a partir de um balanço dos equívocos do que chama de “esquerda populista” (SCHWARZ, 1978, p. 66). O tom por vezes oscila entre a ironia, quando trata do “populismo mais ou menos malandro que dava o tom ao grosso da esquerda brasileira da época” (SCHWARZ, 20012b, p. 211), e a depreciação aberta, como ao

mencionar que “a deformação populista do marxismo esteve entrelaçada com o poder” (SCHWARZ, 1978, p. 66). Em geral, trata-se, como se sabe, de dar continuidade à linha de interpretação aberta por Fernando Henrique Cardoso (1964) em sua tese de livre-docência (*Empresário industrial e desenvolvimento econômico*) e consolidada nas obras clássicas de Francisco Weffort e Octavio Ianni sobre o período. Linha de interpretação que, longe de ser apenas um achado das “longínquas tartarugas” da USP (SCHWARZ, 1978, p. 68), veio sendo formulada e desenvolvida desde o início dos anos 1960 por atores políticos que se formavam à esquerda do Partido Comunista (Partido Comunista do Brasil – PC do B; Organização Revolucionária Marxista Política Operária – Polop; Ação Popular – AP etc.). Também em Schwarz, portanto, a disputa entre um marxismo autoproclamado “mais rigoroso” e a deformação populista do marxismo ocupa uma posição destacada quando se trata de suas análises sobre o período. Voltaremos a essa oposição entre rigor e deformação mais adiante.

Por ora, ainda que um inventário de todas as limitações da crítica do populismo esteja fora de nosso alcance, importa reparar na maneira como, nesse caso, o *alinhamento* de Schwarz ao “marxismo renovado da ciência social uspiana” (ARANTES, 1992, p. 52; RODRIGUES, 2011) implica reproduzir ao menos *quatro pressupostos fundamentais* que podem ser entendidos como um pano de fundo comum às formulações clássicas daquela escola. Derivará daí uma noção de derrota relativamente abstrata e unilateral que toma a esquerda dita reformista como alvo prioritário – noção que será, ela mesma, superada pelos momentos mais *desalinhados* da interpretação schwarziana, objeto da segunda parte adiante.

Tratar do período pré-1964 na chave do populismo requer, em primeiro lugar, que se uniformize sob esse conceito unitário um período histórico repleto de evidentes distinções. Assim, forma-se um *campo geral de indistinção* quando se lança mão do populismo como categoria proeminente na análise da República de 1946. Passa-se, tácita ou explicitamente, a entender que a “deformação populista do marxismo” teria sido “parte em grau maior ou menor do arsenal ideológico de Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart” (SCHWARZ, 1978, p. 66). Que o crítico anteponha o reconhecimento de uma diferenciação de grau (“maior ou menor”) não exime a análise de um achatamento das diferenças qualitativas que separam um governo de outro, um presidente de outro, um partido de outro etc.

Correlata desse achatamento é a descontextualização histórica do processo de formação de algo como uma hegemonia reformista no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua “fumaceira teórica”, “irresponsabilidade” e “cegueira” perdem o lastro histórico e tornam-se mera predileção estratégica de atores equivocados, quando em verdade ao longo do “período populista” a linha política do partido sofreu radicais transformações, sempre em respostas, ainda que tardias ou questionáveis, a mudanças na conjuntura. Se todos desde Vargas teriam sido populistas, deriva-se daí a falsa impressão de que também o PCB teria sido desde sempre “populista”. Ocorre que a história das duas almas do partido comunista, narrada por Gildo Marçal Brandão (1997) e tantos outros, é crucial para a compreensão da inflexão reformista do partido. Assim, para ficarmos nos momentos mais célebres dessa história, enquanto o Manifesto de Agosto de 1950 exhibe um partido aferrado à via revolucionária, “realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à

frente” (PRESTES, 1950), a Declaração de Março de 1958, por sua vez, já mostra um partido que teria aprendido com a crise do suicídio de Vargas a mediar, para o bem ou para o mal, o apelo revolucionário e as estratégias reformistas.

A “espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico” zombada por Schwarz (1978, p. 63) era, portanto, efeito de lutas e de mutações internas ao “período populista”. Mas, absorta na imagem dessa falsa unidade, a narrativa crítica fala de um socialismo forte em anti-imperialismo e fraco na luta de classes como derivação da “estratégia do Partido Comunista, que pregava aliança com a burguesia nacional” (SCHWARZ, 1978, p. 63). A estratégia aliancista, ancorada, mal ou bem, numa história cheia de idas e vindas do PCB, entre reforma e revolução, é assim tematizada como o objeto de uma *pregação equivocada*. Tudo se passa como se, por obra de uma sagaz engenharia de cooptação, a “burguesia populista” tivesse conseguido instrumentalizar os comunistas para seus próprios propósitos, visto que ela “precisava da terminologia social para intimidar a direita latifundiária, e precisava do nacionalismo, autenticado pela esquerda, para infundir bons sentimentos nos trabalhadores” (SCHWARZ, 1978, p. 64). É curioso, aliás, constatar a oscilação no modo como aparece caracterizada essa encarnação brasileira da burguesia: ora ela apresenta uma existência meio ilusória, posto que já estaria associada aos fluxos do capitalismo, que, segundo argumento de Fernando Henrique Cardoso, já funcionava internacionalizando mercados internos; ora ela comparece como principal beneficiária das deformações geradas pelo populismo na esquerda, o que pode sugerir protagonismo incompatível com aquela meia existência. Ora coadjuvante local de um processo macro-histórico que a ultrapassa e determina a impossibilidade concreta de sua hegemonia, ora sujeito oculto de engenhosas artimanhas manipulatórias. O marxismo de “tintura rósea” (SCHWARZ, 1978, p. 66) que servia aos interesses de setores das classes dominantes é, assim, mais facilmente alvejado quando os múltiplos planos das distinções históricas são encobertos pela turva amplitude de uma indistinta “manipulação populista” (SCHWARZ, 1999b, p. 156). E também quando, depois do golpe, questões práticas relativas à ação política, falível por sua própria natureza, passam ao plano seguro das infalíveis certezas científicas *ex post facto*.

Nesse sentido, um segundo pressuposto onipresente na crítica do populismo diz respeito à distinção cerrada entre *povo* e *classe*. Desdentado e deformado, aos olhos do crítico, o marxismo local confundia-se com a própria “atmosfera ideológica do país” (SCHWARZ, 1978, p. 66) tamanha era sua abrangência e seus limites – dentre os quais o mais evidente seria o esvaziamento da luta de classes. Utilizar-se do conceito de populismo implica, via de regra, compreender um complexo período histórico em chave unívoca e, no passo seguinte, alçar ao primeiro plano a diferença entre os vícios da política de massas e a virtude da luta de classes propriamente dita.

“Contrariamente ao que sustentam os nacionalistas, a reflexão dialética depende da análise formal, cujo referente não é o país do coração, mas o país verdadeiro (o das classes sociais)” (SCHWARZ, 1987a, p. 136). Nessa passagem, em que a querela com os nacionalistas extravasa para o registro da análise da dialética da malandragem de seu mestre Antonio Candido, a distinção cerrada entre país do coração e país verdadeiro aparece como uma expressão direta da utilização pouco permeável do conceito de

classe. A radicalidade antinacionalista opõe a razão das classes aos sentimentos da nação, em movimento frequente que, nos seus momentos menos dialéticos, parece apelar a uma partilha dualista entre o verdadeiro e o falso. Situando-se entre os “setores mais radicalizados” da esquerda, ou seja, dentre os atores à esquerda da esquerda, Schwarz (2012d, p. 90) vincula o “nacionalismo superficial” à “idealização atrasada da vida popular que o Partido Comunista propagava”. Aquém das classes, uma política simplesmente direcionada ao povo, como deve ser a política populista, terminaria sempre *fora do lugar*, posto que a nação não é e não pode ser a instância decisiva de definição de identidades políticas, e *fora do tempo*, posto que o atraso das idealizações manteria o sujeito político coletivo alheio a suas verdadeiras e contemporâneas determinações.

Aqui a crítica do populismo é ciosa das distinções sociológicas, e no país do coração apenas poderia emergir uma “noção de ‘povo’ apologetica e sentimentalizável, que abraçava indistintamente as massas trabalhadoras, o lumpesinato, a *intelligentsia*, os magnatas nacionais e o exército” (SCHWARZ, 1978, p. 65). Mais uma vez, o povo do populismo é caracterizado pelo excesso de *sentimento*, a que se opõe a dinâmica objetiva dos *interesses* de classe. Ao buscar reunir e ao acreditar na união entre setores tão distintos da sociedade, o populismo e sua política de massas dependeriam de um sujeito cuja unidade seria impraticável – “Porque a composição das massas não é homogênea, parece-lhe [ao populismo] que mais vale uni-las pelo entusiasmo que separá-las pela análise crítica de seus interesses” (SCHWARZ, 1978, p. 84). No país verdadeiro das classes sociais, os sujeitos agem prioritariamente segundo seus interesses, que podem ser objetivamente identificados, enquanto no país do coração predominaria a crença na indistinção sentimental e na vitória pelo entusiasmo. Em um retrato de 1964, eis o resultado da primazia da ideologia sobre a crítica: “o povo, na ocasião, mobilizado mas sem armas e organização própria, assistiu passivamente à troca de governos” (SCHWARZ, 1978, p. 61). O povo do populismo é sujeito passivo por excelência (a atividade pertence à classe), e pode no máximo estar vagamente mobilizado, o que não desfaz seu amorfismo e sua heteronomia característicos.

Nesse quadro, outro pressuposto básico da escola crítica do populismo, o terceiro a ser elencado aqui, deriva da assunção da classe como ator verdadeiro e impoluto da história e diz respeito à compreensão da *conciliação* como um modo de atuação política enganoso por excelência. Assim como o povo ou as massas terminariam por esconder e confundir a real linha de demarcação da luta de classes, a conciliação não poderia ser outra coisa senão um *engodo*, algo análogo ao que Fernando Henrique Cardoso identificou, em chave lukacsiana, como uma passagem da “falsa consciência” para a “falsidade da consciência” (CARDOSO, 1964, p. 91). Razão pela qual o populismo será “mais ou menos malandro” de acordo com o ardor com que iludiu ou foi iludido. Na prosa schwarziana, não há qualquer margem de abertura para que a conciliação possa ser uma tática válida para conjunturas específicas. Pelo contrário, os termos a ela vinculados são eloquentes em sua reprovação: a conciliação aparece, via de regra, como efeito de ideologia, engano, ilusão, ingenuidade, fantasia ou falta de rigor.

“Só na medida em que nalgum ponto rompesse com o sistema de conciliações então engrenado, que não obstante lhe dava o impulso, a produção de esquerda escapava de ser pura ideologia” (SCHWARZ, 1978, p. 67-68). A consideração dialética de

que era precisamente o sistema de conciliações o fator que impulsionava a produção de esquerda cede passo, em uma só frase, à afirmação categórica de que a não ruptura equivaleria à “pura ideologia”, em movimento exemplar daquilo que argumentamos aqui: a melhor leitura dialética do período, empreendida pelo próprio Schwarz, não necessariamente se coaduna com esses momentos de negatividade radicalizada. O corolário de que a ruptura seria a verdade inaudita (e jamais praticada) daquele período histórico conta, afinal, com a segurança das afirmações contrafactuais.

Como mesmo a pura ideologia não escapa de se vincular à realidade, a esquerda populista, “que era moderadíssima”, promovia e se alimentava de “um engano bem fundado nas aparências” (SCHWARZ, 1978, p. 65-66). Aparências deceptivas por definição. O eixo *conciliação-moderação-engano* é, pois, determinante para a compreensão de 1964 como o cemitério de um “conjunto impressionante de ilusões” (SCHWARZ, 1999a, p. 159), dentre as quais se destacam a “ilusão própria ao nacionalismo populista” e a ilusão de que o socialismo “representava a tendência real das coisas” (SCHWARZ, 1987c, p. 32-33; 2012d, p. 66). Ingenuidade e euforia também complementam o panorama de uma esquerda que parecia fantasiar possibilidades socialistas, “quase como se o capital não existisse” (SCHWARZ, 2012d, p. 67), enquanto na prática conciliatória “a ideologia socialista servia à resolução de problemas do capitalismo” (SCHWARZ, 1978, p. 66).

Nesse quadro, pode-se entender a derrota política de 1964 como o *colapso do populismo*, em fórmula clássica que se apoia em todos os passos que acompanhamos acima e funciona como um quarto, derradeiro, pressuposto. Enquanto unidade indiferenciada de governos e efeito de opções equivocadas da esquerda, enquanto fenômeno de reprodução de uma política de massas baseada no engodo da conciliação de classes, restaria ao populismo apenas o colapso, figura que *subtrai* da derrota seu nervo político em favor de certo naturalismo necessitarista. A queda se revelaria, enfim, quase como a realização de uma tendência natural em que se interrompe o curso daquilo que sempre havia sido, de partida, inviável – confirmação de uma necessidade inscrita na cadeia mais profunda de determinações da história. Parece haver, como consequência, uma relativa epistemologização da derrota, em que se confundiriam os planos da *eficácia política* com os do *erro ou acerto científico*. Ou ainda, em outros termos, a derrota passa a ser compreendida na chave de um maquiavelismo bambo, em que a *virtù* dos contendores se vincula mais a erros/acertos de concepção do que à correlação de forças – e a fortuna desaparece de cena. Assim, *a derrota se deve ao erro* – e o colapso de um erro, em última instância, deveria ter algum potencial revelador.

Pode-se então falar na “inviabilidade do reformismo e de seu caráter mistificador” como se a derrota fosse necessariamente uma lição da história – e até mesmo, paradoxalmente, como se ela fosse um tipo de vitória do “rigor marxista” contra os compromissos dos dirigentes comunistas (SCHWARZ, 1978, p. 68). Esse tom – ainda que não desacompanhado de perspectivas diversas – pode ser encontrado amiúde nas elaborações da crítica marxista do populismo sobre 1964 e, por consequência, também nos escritos de Schwarz sobre o período. Daí as constatações, enunciadas e reiteradas ao longo de quatro décadas, de que os “compromissos e [...] ilusões do Partido Comunista” haviam “conduzido à debacle” (SCHWARZ, 2012c, p. 179-180) e

de que a “razão do desastre futuro de 1964” residia no “conjunto de teses duramente desmentido pela história” (SCHWARZ, 1978, p. 64; 1999c, p. 99). A ideia de que pelo crivo da história se estabelece uma partilha entre equívocos e acertos de atores políticos pode derivar, bem sabe o crítico, na reiteração de uma história dos vencedores. Não é este, evidentemente, o propósito da crítica do populismo, não obstante possa ser considerado como um dos efeitos não intencionais da carência de empatia com a esquerda derrotada – com relação à qual os partidários do rigor demarcam segura distância.

Diante do “quadro claro de inconsequência”, não restariam dúvidas de que “a falta de rigor existia, e que em 64 foi preciso pagar por ela” (SCHWARZ, 1999c, p. 92). Ainda que a “crítica de esquerda”, à qual se incorpora o próprio Schwarz, tentasse desfazer os enganos e ilusões da “esquerda populista”, consertando o que estaria *deformado*, o “sucesso prático” desta na arregimentação das massas impedia o acerto e o rigor (SCHWARZ, 1978, p. 64-65) de se afirmarem com maior abrangência na esfera pública, condenando-os aos guetos da universidade e de grupelhos políticos minoritários. O colapso do populismo seria então um lento devir da verdade em contraponto à continuada afirmação, teórica e prática, dos enganos e ilusões da esquerda nacionalista. A leitura de 1964 como um acerto de contas entre a história e a “falta de rigor” reaparece também na síntese formulada trinta anos depois: “No essencial, a facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas” (SCHWARZ, 1999c, p. 92). Nada na prosa de Schwarz aparece, como se sabe, por acaso – e neste caso específico, interessa sublinhar a distinção entre essência e aparência e o modo como se vinculam, respectivamente, à razão e ao infundado. A razão dos paulistas, no caso, dos críticos de esquerda à esquerda majoritária da época, seria atestada pela facilidade da vitória da direita, pressupondo que, se a prática política da esquerda pecebista tivesse algum fundamento minimamente sólido, teria podido resistir aos ataques dos antagonistas. Mais uma vez, a derrota é sintoma de equívoco – o que, formulado em outros termos, nos sugere que a vitória (da direita) seria sintomática da ressurgência de algum tipo de verdade (da luta de classes? da dominação? da condição periférica? da inviabilidade do reformismo?) que correria sempre num leito mais profundo da história.

Em seu polo negativo, a dialética de Schwarz parece dar pouca margem para “saídas imprevistas”, estando o imprevisto sobredeterminado pelo inviável. O giro em falso da luta de classes na periferia do capitalismo parece sempre redundar na recriação de “outra modalidade de atraso” (SCHWARZ, 1999c, p. 103), o que é constatado com ainda mais gravidade no momento em que o crítico escreve sob a nomeada influência de Robert Kurz, em meados dos anos 1990. Mais um *autor do colapso*, aliás, ainda que tratando de processos de modernização em escala ampliada (KURZ, 1995). Em geral, é nesse registro que se desenrola a interpretação da obra de Schwarz levada a cabo por Paulo Arantes (dentre tantos outros intérpretes). Sendo nossa história “um enorme girar em falso de animação e fastio, agitação e melancolia, sofreguidão e inapetência” (ARANTES, 1992, p. 94), o colapso do populismo pode, sem distorção das premissas do crítico, ser encarado como mais uma atualização da mesma sina. Há, contudo, para além desse fatalismo pós-lapsário, outro viés no tratamento de Schwarz da derrota de 1964 – e é este outro registro que nos parece

mais afim a um olhar retrospectivo apto a recuperar na derrota passada algumas lições válidas, ao menos em parte, durante a ressaca da derrota atual.

SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO E DESPROVINCIALIZAÇÃO: DOS LIMITES INTRÍNSECOS DO POPULISMO ÀS VIRTUALIDADES INTERROMPIDAS PELA DERROTA

Muito além da prosódia do colapso, e em convívio mais ou menos tenso com ela, pode-se depreender da obra de Roberto Schwarz um acento de relativa empatia no tratamento da experiência social e política do “populismo”. Em estrita relação com essa modulação comparece uma concepção da derrota política que exprime de modo mais vivo seu violento caráter de descontinuidade. Esta, sob o primado espesso de uma noção eminentemente negativa de populismo, permanecia encoberta pelo ritmo contínuo da passividade do povo, da indistinção histórica, das conciliações sobranceiras e das derrotas que exprimiriam um plano de necessidade perceptível apenas a olhos bem treinados. Mas nem só desse andamento monótono viveu o período populista – e não é só dele que trata o crítico. Vejamos, pois, como se *reconstitui a ambivalência* de uma noção de derrota que parecia emparedada pelos aspectos mais unilaterais da crítica do populismo.

Ressalte-se que esse movimento de desobstrução das virtualidades e dinâmicas antes enclausuradas na linearidade do colapso é prenhe de valiosas distinções na prosa do ensaísta. Assim, se a República de 1946 significou “dois decênios de democratização” (SCHWARZ, 1978, p. 89), ou ainda se nela foi possível emergir “um vasto processo de democratização, que vinha de longe” (SCHWARZ, 2012d, p. 76), há distinções relevantes em meio a esse plano mais geral, como a que demarca um período particularmente “explosivo”, referente ao governo de João Goulart. No contexto de um amplo processo de democratização, portanto, os anos imediatamente anteriores à ruptura do golpe são enfatizados como “um período de acontecimentos extraordinários, com experimentação social e realinhamentos democráticos em larga escala” (SCHWARZ, 1987c, p. 32).

Que a noção de democracia e suas variantes sejam utilizadas sem muita parcimônia importa para já percebermos que a crítica do populismo não implica desconhecer ou subtematizar os momentos de democratização constitutivos dos períodos históricos ditos populistas. A despeito de eventuais limites objetivos que se antepõem a sua plena concretização, é de um “aprofundamento da democracia” (SCHWARZ, 2012d, p. 109) que se trata – e os momentos mais expressivos da memorialística de Schwarz dão conta dessa percepção, como neste trecho de 1994: “Para o professor cinquentão de hoje não é fácil explicar aos alunos a beleza e o sopro de renovação e justiça que na época se haviam associado à palavra democracia (e socialismo)” (SCHWARZ, 1999b, p. 174).

Para a apreensão de uma tessitura histórica complexa como aquela, cumpre reconhecer que nem só do jogo de tudo ou nada do revolucionarismo vivem os processos de ampliação democrática. Certa habilidade para detectar combinações produtivas de contrários e alianças entre desiguais, não apenas e

nem tendencialmente manipulatórias, é condição indispensável na identificação, por exemplo, de “uma problemática explosiva mas burguesa de *modernização e democratização*” (SCHWARZ, 1978, p. 65). Interessa também perceber o crítico ultrapassando a camisa de força de uma concepção demasiado estrita da luta de classes, quando menciona a complementaridade das aspirações entre o ativismo estudantil e a “luta dos pobres” (SCHWARZ, 1987b, p. 73). Falar em democratização, a despeito (ou por causa) do populismo, evidencia a multiplicidade de formas pelas quais se trava a luta de classes. A dinâmica das aspirações complementares põe no horizonte a possibilidade de algo como uma “superação civilizadora” (SCHWARZ, 2012c, p. 177), e mesmo a derrota não será suficiente para desfazer de imediato a nova “autocompreensão do país”, uma vez que esta havia sido modificada a fundo pela temática do subdesenvolvimento (SCHWARZ, 2014). A célebre tese da hegemonia cultural da esquerda nos anos subsequentes ao golpe, que nubla ainda mais as linhas de demarcação entre continuidade e descontinuidade, será retomada décadas depois – e podemos então ver reiteradas as ambivalências do saldo cultural de uma derrota política: “As aspirações daquele momento, de legitimidade quase irrecusável, deram substância crítica e subversiva à vida cultural brasileira durante decênios, muito depois de desmanchada aquela convergência” (SCHWARZ, 2012a, p. 217). A derrota não impediu a hegemonia no plano da cultura e consolidou um patamar elevado de consciência crítica – ainda que fosse relativamente restrita a abrangência do público dessa hegemônica cultura de esquerda. De todo modo, resta claro por esse ângulo que pensar o golpe na chave da derrota, longe da imagem de terra arrasada sugerida pela noção de colapso, potencializa a apreensão de efeitos não antecipáveis de largo alcance.

As aspirações legítimas da “esquerda populista” terminam então por acelerar o processo descrito por Schwarz através de um de seus conceitos diletos: a *desprovincianização*. Em meio à relação contraditória entre centro e periferia, importa à consciência crítica desta última saber-se parte da totalidade do capitalismo e, ao mesmo tempo, entender as especificidades de sua condição. No cenário mais avançado possível, chega-se a reconhecer o quanto essas especificidades guardam vínculos, sempre mediados, com o centro, a ponto de permitir pontos de observação privilegiados para contradições da totalidade dificilmente vistas a partir do centro. Embaralham-se assim as noções de atraso e moderno, e afia-se a crítica que mira a um só tempo na parte, a periferia, e no todo, o capitalismo. Interessa notar que, em boa medida, é do avanço do nacionalismo, e não apesar dele, que deriva a descompartimentação da consciência nacional (SCHWARZ, 1978, p. 69). Os termos empregados sublinham como, na conjuntura do pré-golpe, nacionalismo e luta de classes não necessariamente se repelem: “foi um momento forte de tomada de consciência contemporânea, nacional e de classe, que se traduziu por uma notável desprovincianização do pensamento” (SCHWARZ, 1999a, p. 158).

Essa forma de emancipação, ou esse “lance forte de desalienação” (SCHWARZ, 2014), para além do ambiente restrito em que depois iria se reproduzir a hegemonia cultural da esquerda, implicava desde logo uma transformação profunda na sociabilidade, pela qual “aclimatizou-se na fala cotidiana, que se desprovincianizava, o vocabulário e também o raciocínio político da esquerda” (SCHWARZ, 1978, p. 64). Essa inscrição no cotidiano é central para o “sucesso prático” do nacionalismo

populista de que fala Schwarz (1978, p. 63-64). Ademais, a desprovincianização vem de dentro, pela amplitude do movimento, e de fora, quando se atenta para o fato de que a reação da província – consubstanciada no golpe de 1964 – constitui “um dos momentos cruciais da Guerra Fria” (SCHWARZ, 1978, p. 73; 2012c, p. 177). Somos alçados ao patamar da história mundial pela desalienação e, talvez de forma ainda mais evidente, pelo golpe de realiação patrocinado pela potência do Norte e seu grande porrete.

Mesmo alinhando-se estritamente à crítica marxista do populismo formulada por seus professores e colegas ao longo dos anos 1960, e jamais deixando de enfatizar (como vimos) o engano e as ilusões da política populista de alianças e conciliações, Schwarz ultrapassa a unilateralidade daquela crítica quando formula a relação entre as contradições objetivas da realidade nacional e a ascensão de uma esquerda nacionalista de modo mais propriamente dialético do que o fazem Cardoso, Weffort e Ianni, por exemplo². Porque a ambiguidade do Estado no conflito “em parte era efetiva” (SCHWARZ, 1999c, p. 92) e porque o “engano” das alianças “tinha a tenacidade de seu sucesso prático” (SCHWARZ, 1978, p. 65), o crítico reconhecerá com bastante frequência, em tom de autocrítica, que a eficácia do movimento populista deixava a esquerda da esquerda em *relativa desconexão com a concretude* daquele tempo histórico. A “crítica de esquerda não conseguia desfazer” (SCHWARZ, 1978, p. 65) as ilusões populistas devido a sua maior aderência à realidade. Nesse sentido, talvez porque São Paulo e seu capitalismo mais ortodoxo (se comparado ao restante do país) provocassem um desvio de percepção, talvez pela transplantação ainda carente de mediações de uma teoria formulada fora do lugar, aquele marxismo permanecia restrito à dimensão acadêmica, a despeito de suas eventuais postulações de intervenção na política nacional (e do eventual reconhecimento posterior da validade de algumas de suas teses).

Schwarz apresenta lição de longo alcance, que diz muito ao contexto presente, quando aponta para as dificuldades, teóricas e práticas, de uma concepção cerrada

2 Eis algumas passagens, escolhidas dentre tantas outras, que exemplificam a unilateralidade antipopulista dos autores supracitados: “A liderança intelectualizada e pequeno-burguesa dos movimentos nacionalistas e os comandos partidários da esquerda não podiam obviamente conduzir o processo de desenvolvimento em nome de uma abstração como os interesses da Nação. Faltava-lhes, por outro lado, a transformação das ‘massas’ em ‘classe’ para tentar impor uma política concreta” (CARDOSO, 1964, p. 91); “O nacionalismo, que tanto entusiasmo provoca entre os homens de esquerda, está marcado pela fragilidade inerente a toda ideologia pequeno-burguesa e destinado a desaparecer rapidamente da cena política” (WEFFORT, 1965, p. 188); “Não há dúvidas [de] que o nacionalismo obscureceu gravemente o sentido de classe da emergência política das massas, a formação do proletariado no bojo do desenvolvimento capitalista. E pagou por isso, como as próprias massas populares, com a fragorosa derrota de 1964” (WEFFORT, 1978, p. 39); “Simbolizando e sintetizando essas confusões, a esquerda não se deu conta de que massa e classe não são expressões cambiáveis. [...] Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a consciência de massa que a consciência de classe [...]. Enquanto permanecia ao nível da consciência e atuação das massas, nos moldes estabelecidos pela democracia populista, ficava-se ao nível das reificações. [...] Por isso, ela se condenou a assistir impotente à modificação drástica do quadro histórico no Brasil” (IANNI, 1968, p. 114-115).

que se formula apartada das lutas políticas do país. Não se trata, evidentemente, de afirmar o imperativo, em si mesmo também unilateral, de subordinação da teoria à prática – antes, importa ressaltar a fecundidade, para ambas, de tal vinculação. Assim como, segundo ele, não se deve pressupor que a transplantação do marxismo para a periferia do capitalismo possa se realizar sem que se combinem conceitos clássicos e formulações próprias, heterodoxas diante do cânone – “pensar a experiência histórica com a própria cabeça” (SCHWARZ, 1999c, p. 96) –, tampouco seria frutífero assumir no presente, sem mais, a perspectiva esposada no passado. Daí uma autocrítica que funciona, em suma, como antídoto contra adesões apressadas a esta ou àquela escola.

As passagens seguintes, em primeira pessoa, explicitam o ponto: “as nossas objeções pouco saíam do plano trancado das posições de princípio” (SCHWARZ, 1999c, p. 92), diz o crítico, porque, afinal, “tínhamos franca antipatia” pelas “correlações de força reais” (SCHWARZ, 1999c, p. 89). Abstratas, as objeções forjavam um sistema cuja coerência interna prescindia, no limite, da realidade circundante. Sem “um contato natural com os problemas da massa”, advém “um marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo, e não nos caminhos da revolução” (SCHWARZ, 1978, p. 67). Vale notar que esse marxismo, de nervo político rebaixado, poderá depois facilmente transmutar a suposta inviabilidade no seu avesso, numa viabilidade quase infinita em suas formas de manifestação. Mesmo porque o “subcapitalismo” (CARDOSO, 1964, p. 187), aludido celeberramente por Fernando Henrique Cardoso em 1964, logo passará a ser “desenvolvimento dependente e associado”, em cujo âmbito se travarão as disputas efetivas. Entendemos que é também a essa transmutação que se refere ironicamente Schwarz quando afirma, sobre o “Seminário Marx” de sua juventude: “ao aprofundar a análise de classe, o seminário especificava a imensa e desconcertante liberdade de movimentos da riqueza em face dos oprimidos no país (o que não deixava de ser um resultado paradoxal para um grupo de estudos marxistas)” (SCHWARZ, 1999c, p. 98). Um marxismo, afinal, em que o projeto de superação da exploração se deixa determinar (ou teria sido plenamente suprimido?) pela liberdade quase sem limites do capital. Imaginamos que este acento específico, em que a derrota (situada e reversível por definição) se torna o contexto possível da ação política e termina por mudar de qualidade, pode talvez conferir inteligibilidade às “deduções amalucadas” que, segundo Schwarz, acometeriam quem se aventurasse a “reconstituir um caminho que levou da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia e daquele grupo de estudos à projeção nacional e ao governo do país” (SCHWARZ, 1999c, p. 86).

Aqui não se trata, por óbvio, de esboçar essa reconstituição, mas sim de extrair algumas implicações, para a história do passado e do presente, do olhar ambivalente que o crítico lança aos derrotados de 1964 – contexto em que importa esta nota sobre a formação de um marxismo cujas formulações originais, mais ou menos abstratas, viriam a ter efeitos duradouros na vida política do país, com a inserção de antigos derrotados “nos termos do processo vencedor” (SCHWARZ, 2012a, p. 221). A “recusa abstrata do compromisso populista” era, pois, absolutamente inapta para se contrapor à “primazia teórica” de certo socialismo populista (SCHWARZ, 1978, p. 64). Como já notado, longe de uma distinção estática em que, de um lado, se veriam os acertos teóricos e a incapacidade prática, enquanto de outro lado restariam os enganos teóricos associados a certa astúcia política, Schwarz aproxima os âmbitos

da teoria e da prática. Ao desmanchar o “bovarismo endêmico” e convidar a reflexão a “tocar terra” (SCHWARZ, 1999a, p. 156), o complexo populista extrapola sua proeminência prática para o âmbito da consciência crítica. Aqui, em contraponto a outros momentos de sua própria obra analisados acima, a derrota não mais se explica pelo erro, pelo engano ou pelas ilusões da esquerda. É possível e necessário, afinal, que as lições da derrota não venham apenas das lacunas, do que não foi feito ou pensado; há que se reter, portanto, a possibilidade de extrair lições positivas das ações e formulações dos derrotados. Em suma, derrota política não mais precisa significar inaptidão intelectual: a “derrota da esquerda foi tão completa, primeiro pelo golpe militar, depois pelas armas e enfim pelo curso das coisas, que hoje parece extravagante valorizar a sua contribuição intelectual” (SCHWARZ, 2012c, p. 179).

Se o que houve foi um processo efetivo, ainda que contraditório, de democratização no pré-1964, um de seus índices mais explorados por Schwarz é a “radicalização social” do contexto imediatamente anterior ao golpe (SCHWARZ, 1999a, p. 157). Estamos distantes das massas passivas e manipuladas da crítica marxista do populismo. O circuito de desprovincianização, desalienação e radicalização permite que se observe um “engajamento intenso” de cima para baixo, com estímulos governamentais, e de baixo para cima, nas movimentações de trabalhadores e estudantes (SCHWARZ, 1999b, p. 173). Tratado em diversas chaves, como “radicalização do populismo” ou “radicalização desenvolvimentista” (SCHWARZ, 1978, p. 67; 1999c, p. 98), o próprio desse fenômeno seria a abertura para a superação de seus próprios termos originais. Isto é, o populismo, enquanto democratização, teria uma dinâmica que impulsionaria sua própria crítica e superação – esta sim, abortada com o golpe. O contexto de radicalização não foi, como se sabe, de mão única, e a “repolarização dos pontos de vista” (SCHWARZ, 1999c, p. 100) revelou uma ida aos polos desfavorável, em seu desfecho, à esquerda (fosse ela populista ou revolucionária).

A esta altura, o sentido da derrota, nesta nova acepção que vimos se delinear acima, pode ser assinalado. O encerramento violento da “fase mais interessante e alegre da história brasileira” (SCHWARZ, 1978, p. 70) representou a “derrota do campo popular” e o “truncamento da revolução social” (SCHWARZ, 2012d, p. 96). À luz de toda a discussão precedente, é digna de nota a caracterização do *campo popular* como *sujeito da derrota*. Abrangente e difusa por definição, a utilização indireta da noção de povo termina por aproximar o crítico do imaginário da esquerda populista – algo que, mais uma vez, expressa a superação do registro unilateral frequente nas clássicas e contemporâneas críticas do populismo.

A derrota significa, ainda, *retrocesso*. Mesmo que a ditadura tenha depois revelado seu projeto de modernização autoritária, turvando as fronteiras que associavam desenvolvimento, progresso e industrialização a democracia e liberdade – mesmo assim, a sensação de *vitória do atraso* impôs-se, sem engano. A “regressão” implica “uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado: a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc.” (SCHWARZ, 1978, p. 71). A reação expressa, adaptando termos schwarzianos, *reprovincianização* – o afundar-se novamente no vício e na irrelevância do anacrônico. Mas o atraso vence sem que o moderno saia, por isso, derrotado, quando certo reavivamento das “formas tradicionais e localistas de poder” mostra-se

funcional aos propósitos do arranjo modernizador, e assim “o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão mais moderna” (SCHWARZ, 1978, p. 73-74). A reiteração de termos como “dessolidarização social” e “país antissocial” (SCHWARZ, 1999a, p. 157; 2012d, p. 76) indica, porém, que importa ao crítico sublinhar o quão destrutiva pode ser essa reencarnação do arcaísmo.

A ênfase na ideia da regressão indica, sobretudo, a distância de quaisquer elementos naturalistas que, como vimos, constituem determinadas concepções da derrota política. Para além de colapsos, com sua causalidade imanente, e para além das noções de “esgotamento” e de “ciclo político”, com seu esvaziamento intrínseco do componente agonístico das lutas sociais, a apreensão do caráter regressivo da derrota leva-nos a restituir a irresolução da esfera da política, em pelo menos três linhas convergentes entre si. Por um lado, desconfiar do progresso e de qualquer linearidade histórica. Por outro, manter em mente que não há nada tão aparentemente atrasado que não possa reestabelecer sua hegemonia no futuro mais ou menos próximo. E ainda, em angulação menos trágica, que não há derrota que se imponha indefinidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noutras palavras, ficava interrompido um vasto movimento de democratização, que vinha de longe, agora substituído pelo país antissocial, temeroso de mudanças, partidário da repressão, sócio tradicional da opressão e da exploração, que saía da sombra e fora bisonhamente subestimado. As desigualdades internas e a sujeição externa deixavam de ser resíduos anacrônicos, em vias de desaparecimento, para se tornarem a forma deliberada, garantida pela ditadura, do presente e do futuro. No mesmo passo, para uma parte dos brasileiros a realidade acabava de tomar uma feição inaceitável e absurda. (SCHWARZ, 2012d, p. 76).

O trecho acima, de atualidade retumbante, ilustra a experiência da derrota vivida pela geração de Roberto Schwarz com o golpe de 1964. Diante do devir absurdo da realidade, compreender os sentidos da derrota foi (e deve ser) parte não menosprezável do processo de recomposição das forças democratizantes. A obra de Schwarz, como procuramos destacar ao longo de nossa leitura, constitui fonte riquíssima para um estudo daqueles sentidos. São inúmeros os ensaios que revisitam a experiência de 1964 no Brasil, e ainda que estejam espalhados pelos últimos 50 anos, há neles notável consistência no tratamento que o crítico dispensa àquela derrota. Para o que nos concerne, seu valor de conjunto apresenta algo como uma *consistência na ambivalência*, o que não seria de espantar vindo de um dos maiores mestres dialéticos de nosso horizonte intelectual. Como ensina Fredric Jameson ao tratar das valências da dialética, a ambivalência, longe de ser defeito, é traço fundamental da realidade e pode funcionar, segundo o trecho que serve de epígrafe a este texto, como *lição política*. A história progride através de derrotas e não de vitórias, diz Jameson, e interessa perceber naquelas os elementos que nos

permitam ir além, para o passado como para o futuro, da paralítica sensação de devastação diante da vitória do absurdo e do inaceitável.

À luz da busca por uma anatomia da derrota, a obra de Schwarz revela, a um só tempo, a *reprodução* de alguns pressupostos caros à tradição de crítica marxista do populismo no país e a *superação* de sua unilateralidade. Em uma palavra, trata-se de duas perspectivas que se combinam e se criticam mutuamente, pensando a derrota de 1964 ora na chave do colapso do populismo, ora como suspensão de um processo de democratização. Vimos que essa diferença de angulação, sutil na aparência, guarda relevantes efeitos para a compreensão dialética da derrota. Mesmo que os dois eixos possam coexistir no mesmo argumento, não sem tensões, alteram-se em muito os aspectos da derrota quando se acentuam as inconsistências internas do arranjo derrotado, o potencial emancipatório ao menos parcialmente abortado pela derrota ou ainda o componente de ilegitimidade do golpe perpetrado pelos vitoriosos de ocasião.

Há um *topos* comum da história das ideias praticada no país, retomado a certa altura por Schwarz, segundo o qual “a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero” (SCHWARZ, 1987c, p. 30). O mesmo pode ser dito da história da esquerda no país. São corriqueiras as tentativas de inaugurar uma trajetória isenta das contradições do passado – assim como corriqueiro é o retorno, cedo ou tarde, de tais contradições para assombrar o cérebro dos vivos. A obra de Roberto Schwarz alerta que um dos caminhos da *renúncia à negatividade*, trilhados por alguns a partir de 1964, culminava na postura de suposta isenção segundo a qual “a esquerda passava a ser considerada, talvez por força da derrota, como um obstáculo à inteligência” (SCHWARZ, 2012d, p. 88). Com todas as insuficiências que a derrota política possa revelar acerca dos vencidos, não convém adotar como ponto de partida uma homologia entre ineficácia política e equívoco intelectual. Nem tampouco pressupor ponto de observação alheio a polarizações socialmente objetivas. A crítica da derrota em contexto tão carente-de-crítica deve enfim transitar no espaço tênue que a salvasse da condescendência excessiva com os vencidos, da renúncia à negatividade e, não menos importante, do fatalismo da inevitabilidade da derrota. Para tanto, algumas coordenadas imprescindíveis encontram-se espalhadas pelos ensaios de Roberto Schwarz, de forma assistemática e consistente. Cabe, ainda e cada vez mais, buscar interpretá-las.

SOBRE O AUTOR

PEDRO LUIZ LIMA é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: pedrollima@ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.
- ARANTES, Paulo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BARBOSA FILHO, Rubem. *Teoria do populismo: uma revisão*. Dissertação de Mestrado. UFFJ, 1980.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.
- GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.
- GONÇALVES, Anderson; OTSUKA, Edu; RABELLO, Ivone. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 57, dez. 2013, p. 327-348.
- GUIMARÃES, Cesar. Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, M. A. Rezende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 155-175.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- JAMESON, Fredric. *Valences of the dialectic*. Londres: Verso, 2010.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LIMA, Pedro Luiz; MEDEIROS, Josué. Aquém do lulismo: notas críticas sobre a atual reprodução do paradigma do populismo por filósofos políticos brasileiros. *Revista Estudos Políticos*, v. 9, n. 1, 2018, p. 177-189.
- OHATA, Milton. Progresso à moda brasileira. *Piauí*, n. 69, junho de 2012.
- PRESTES, Luiz Carlos. Prestes dirige-se ao povo. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 63, 5 de agosto de 1950, p. 1-6.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SCHWARZ, Roberto. (1970). Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978, p. 61-92.
- _____. (1979). Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987a, p. 129-156.
- _____. (1985). O fio da meada. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987b, p. 71-78.
- _____. (1986). Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987c, p. 29-48.
- _____. (1994). Fim de século. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999a, p. 155-162.
- _____. (1994). Nunca fomos tão engajados. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999b, p. 172-177.

- _____. (1995). Um Seminário de Marx. In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999c, p. 86-105.
- _____. (2005). Saudação a Sérgio Ferro. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a, p. 215-222.
- _____. (2007). Aos olhos de um velho amigo. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b, p. 207-214.
- _____. (2007). Agregados antigos e modernos. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012c, p.173-183.
- _____. (2011). Verdade tropical: um percurso de nosso tempo. In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012d, p. 52-110.
- _____. A lata de lixo da história: prefácio inédito a uma chanchada de 1968. *Piauí*, n. 91, abril de 2014. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-lata-de-lixo-da-historia>>. Acesso em: set. 2019.
- SINGER, André. *O lulismo em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Singer; COHN, Weffort. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 161-198.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.